

**INTERVENÇÃO SOBRE FINANÇAS E COMPETITIVIDADE,
PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014**

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Compete-me, em nome do meu grupo parlamentar, explicitar, perante esta Assembleia, a posição de princípio que enforma o envolvimento do Partido Socialista e a nossa aprovação no esforço de planeamento e de boa gestão orçamental que o Governo, uma vez mais, se propõe executar.

Faço-o na consciência de que vivemos tempos difíceis, mas simultaneamente históricos, pois podem e devem ser transformadores para a retoma de tempos melhores. Para o efeito, para além da inteligência com que devemos avaliar e questionar o tipo de modelo que as economias ocidentais devem seguir, impõe-se, entre nós, que governemos – agora, ainda mais – orientados pela necessidade de melhorar e de agir com competência e com ambição.

Vivemos uma conjuntura de crise, o que significa que já estivemos melhor. Por isso, o nosso esforço deve ser não só o de recuperar o que de bom está em perigo, como o de o fazer com bases mais sólidas de modo a recriar épocas mais duradouras de maior prosperidade e segurança.

Nestes períodos de conturbação ainda mais se justifica o ímpeto reformista de que o PS tem dado provas nos Açores. Nunca devemos hesitar em alterar o que fazemos mal ou o que deixou de ter a utilidade prevista.

Quantas vezes o fazemos nas nossas vidas?! Por maioria de razão o devemos fazer estando em causa a vida de todos!

É essa a atitude do nosso governo regional que o PS apoia, promovendo e interpretando um diálogo ativo e útil com os parceiros sociais, com os sectores inovadores, com instituições e atores internos e externos, e, naturalmente, com os partidos políticos que desejem participar seriamente no bem comum.

O unanimismo não é uma virtude da democracia e o significado do consenso não é a abdicação da dúvida e da alternativa. O consenso é desejável porque significa o encontro entre duas ideias, e não a abdicação de uma delas.

O PS/Açores avalia, por isso, o diálogo como uma necessidade política e social e não como uma formalidade cumprida com tédio. A concertação que devemos procurar é a que respeita aos interesses da comunidade que servimos e não à boa imagem de que nos queremos servir.

Por isso, o PS e o governo estão disponíveis para, na consideração destes plano e orçamento para 2014, concertar medidas e alterações numa base de responsabilidade e do mérito e não de habilidades e de aparências. E aqui estamos, se for assim, para apoiar e para o fazer.

Senhoras e senhores deputados e membros do governo

As previsões europeias para o próximo ano não auguram um impulso suficiente para inverter os problemas sociais e económicos mais dramáticos em países como o nosso, onde as políticas extremistas de austeridade não só anularão qualquer tímida retoma impulsionada pelas exportações como agravarão indicadores sociais e económicos sem promover a consolidação orçamental.

Ou seja: a Europa ainda não deu sinais de ajudar o país e a economia e a governação do país não dão sinais de nos ajudarem. Pelo contrário, retiram apoios orçamentais ao governo regional, empurram as famílias, os consumidores, o emprego e as empresas açorianas para baixo e o próprio Estado desresponsabiliza-se no que diretamente lhes compete.

Não nos resta, pois, na observância dos recursos disponíveis, outra via açoriana do que a de procurar uma agenda compensatória que, ao mesmo tempo que privilegie a competitividade e a sustentabilidade da nossa economia, seja provedora dos cidadãos, das famílias e das empresas que não escapam à voracidade destruidora que nos atinge a partir da governação do PSD e do PP para o país.

Não queremos, porque não podemos, substituir o Estado nas suas funções de soberania, mas não deixaremos de o substituir no que pudermos em socorro dos açorianos mais prejudicados e desprotegidos.

O governo regional do PS, tudo deve fazer para ajudar todos os açorianos que são hoje vítimas dos efeitos dessas políticas que nos chegam de Lisboa e que arrasam ambições, obra feita e direitos legítimos e elementares conquistados com o nosso trabalho ao longo destas últimas décadas.

Compete-nos agir, com todas as armas disponíveis de governação, contrariando a via neoliberal de depreciação do Estado com que a direita se compraz e a sociedade se desprotege, intervindo, ajudando, regulando, dizendo presente e cumprindo o nosso mais sagrado dever: o de fazer bom uso da nossa Autonomia, o de estar sempre ao lado dos Açorianos e o de defender os Açores!

Senhoras e senhores deputados e membros do governo

Já o disse: não podemos ignorar as dificuldades envolventes e internas que estamos a atravessar.

As políticas económicas europeias de austeridade levadas a cabo nos últimos anos estão a comprometer a Zona Euro e a promover o seu declínio, com consequências em economias de países decisivos como a França, onde há dois anos que o crescimento estagnou e como a Holanda, país líder na afirmação e imposição do modelo de austeridade em países como o nosso, onde o desemprego está a aumentar, o consumo é baixo e o crescimento chegou a um impasse.

A recente intervenção do Banco Central Europeu, descendo a taxa de juro de referência, evidencia como a Zona Euro não tem a sua recuperação económica assegurada, que há ainda um risco forte de deflação, ou seja, de que ainda há grandes riscos para a estabilidade da economia europeia e para sobrevivência do euro.

Em Portugal, como nos Açores, alguns políticos, parecem ignorar essas causas e essas envolventes, e conforme estão ou não no governo, lá e cá, comprazem-se com vitórias de Pirro quando se conhecem taxas desemprego ou indicadores de crescimento económico.

Bastou o Tribunal Constitucional declarar a inconstitucionalidade e determinar a reposição dos subsídios de Natal e de férias aos funcionários públicos e logo vimos os seus efeitos na reativação do consumo e da economia.

É inadiável, pois, reconsiderar o rumo que o governo da República tem seguido, e que quer fazer acentuar, de excessos de uma austeridade - que ataca os custos naturais do trabalho, mas não os consumos dispensáveis do Estado -, olhando com olhos de ver o que isso está a provocar, inclusive e muito nos Açores, e rejeitando essa via que, muito provavelmente nos levará a um segundo resgate, com intensidade e designação ainda não apuradas.

Para isso estão convocados, na ajuda ao governo regional e ao PS, todos os partidos com propostas de caminhos e soluções que melhorem esta via açoriana que procuramos empreender.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

A nossa situação de economia periférica no contexto nacional e europeu, com um pequeno e particular mercado interno, incapaz de gerar economias de escala que nos permitam competir eficazmente, com menor especialização produtiva em outros mercados, tornam-nos especialmente vulneráveis a crises económicas externas de longa duração.

É assim que constatamos a intensidade com que atualmente várias empresas vivem sérias dificuldades.

Conhecemos bem a situação com que nos confrontamos.

São muitas as famílias, com reformados, desempregados e crianças em idade escolar, que diariamente passam por dificuldades que vão desde o provimento das suas necessidades mais básicas ao pagamento de medicamentos e de serviços essenciais.

Para isso contribuem o desemprego e a escassez dos meios de sustento em famílias que se reagrupam, e, de modo muito cruel e desumano também, as decisões do governo da República como o aumento da carga fiscal, a

diminuição das pensões, os cortes e diminuições do subsídio de desemprego, a sanha que prossegue contra o rendimento social de inserção e de outros apoios que integravam a rede de suporte social.

Tal como a Constituição da República é hoje uma das mais importantes manifestações da nossa soberania, a nossa Autonomia protegida na Constituição tem de ser a fortaleza preservada onde construímos formas alternativas de solidariedade e de desenvolvimento.

Somos todos chamados a agir nesse contexto.

Reafirmamos que há outro caminho que pode e tem que ser prosseguido até ao limite das nossas forças para minorar e atenuar os efeitos negativos que nos têm chegado.

A ação dos governos do PS, nesta Agenda Compensatória que já atinge os 230 milhões de euros no Plano e Orçamento que aqui discutimos, é, por isso, fundamental, para a nossa economia fragilizada como para as famílias.

É essencial assegurar que o rendimento disponível das famílias não seja destruído e o aumento e a maior abrangência da remuneração complementar, que o governo regional do PS propõe, são bons exemplos do bom uso da Autonomia, para que o consumo interno continue a funcionar, para que as empresas vendam e para que consigam manter os seus postos de trabalho.

É indispensável criar programas de apoio aos inscritos nos centros de emprego, para que estes possam qualificar-se e ganhar novas aptidões de **modo a se autossustentarem e ajudarem à competitividade das empresas que os acolherem.**

Importa desenvolver essa proatividade do governo mobilizando outras instâncias e o setor privado.

Importa que não nos conformemos nem nos privemos de contrariar o pessimismo.

Importa conservar a credibilidade interna e externa que temos, mercê da boa gestão que temos feito das nossas finanças públicas regionais e também de um sector empresarial regional sustentável sobre o qual, constantemente, políticos que não sabem o que dizer e do que falar mal, lançam suspeições prejudiciais.

Sobre isso, não ignoramos as recomendações do Tribunal de Contas e partilhamos, inclusive, muitas das suas preocupações, pois, afinal, vivemos numa crise económica sem precedentes que nos limita fortemente.

Mas, sobre isso, também não deixamos de notar que a nossa oposição partidária, tão autoproclamada responsável, seja sempre tão diligente em lembrar cá e no Continente as nossas dificuldades e, quando obtemos resultados positivos, como recentemente foi reconhecido pelo Relatório da Comissão Europeia sobre o Programa de Ajustamento português, que afirma que a nossa Região está no “caminho certo” e que o nosso “processo de consolidação orçamental, está, no geral, em equilíbrio”, não reconheça, ou nem sequer faça menção a essa boas notícias para todos nós.

Não vivemos, é certo, numa região de maravilhas e muito menos sem contrariedades e dificuldades.

Mas havemos de conseguir recuperar deste período conturbado e seguir em frente.

Ninguém consegue, evidentemente, resolver aqui, como em qualquer outro lugar, todos os problemas, mas os açorianos podem ter uma certeza:

- Não os deixamos entregues a si próprios quando a vida fica difícil, não desistimos de os ajudar, não abandonamos quem precisa como está a acontecer lá fora com o governo da República. E essa, fosse a única diferença, já era uma grande diferença entre um governo do PSD e um governo do Partido Socialista!

As políticas regionais que asseguram o funcionamento dos mecanismos essenciais da nossa economia, mantendo os níveis de consumo das famílias e garantindo liquidez às empresas, são fundamentais nesta conjuntura para estabilizar os níveis de emprego e assegurar a sobrevivência do nosso tecido económico.

Mas é necessário também prosseguir com uma agenda estrutural paralela, consubstanciada neste e nos próximos Planos de Investimentos, de reorganização sustentada do nosso sector produtivo e de serviços tendo em vista a melhoria da nossa balança comercial.

A urgência de acudir ao imediato da crise, não nos deve desviar do nosso desígnio reformista; antes pelo contrário, deve-nos estimular a continuar a

avançar, a acentuar e a aperfeiçoar a nossa agenda de capacitação para a competitividade e o emprego.

O novo quadro comunitário 2014-2020, com cerca de 1.546 milhões de euros disponíveis para investimento, já plasmado nos documentos que estamos a discutir é, o alicerce necessário para operarmos – governo, autarquias e investidores - essa aposta na qualificação e adequação aos desafios e transformações entretanto emergidos, propondo novas perspetivas na aplicação prioritária das novas disponibilidades.

Ultrapassado que está, com sucesso, o ciclo das infraestruturas à nossa economia, os novos sistemas de incentivos ao investimento devem privilegiar o aumento da produção de bens transacionáveis, o seu valor acrescentado, bem como beneficiar a manutenção e criação de postos de trabalho.

O empreendedorismo, as linhas de crédito promovidas pelo Governo dos Açores e a captação de financiamento alternativo, como o capital de risco e o investimento externo, são igualmente, ferramentas essenciais à alavancagem dos negócios numa altura em que os spreads não são comportáveis e o crédito é insuficiente. É assim necessário que, por exemplo, no que toca aos organismos regionais de captação de investimento haja melhores resultados do que os conseguidos.

A redução dos custos de contexto das empresas - nomeadamente na área dos transportes, das energias e das águas -, sobretudo em sectores fundamentais para a economia regional como na agricultura, nas agroindústrias, nas pescas e no turismo, são prioridades para o Partido Socialista. Daí, esperamos uma melhoria significativa da competitividade da nossa Região.

Entendemos também, como já salientei, que há um passo a dar na qualificação dos nossos ativos, não apenas na lógica de formar para trabalhar ou para satisfazer uma ou outra necessidade conjuntural do mercado de trabalho. A qualificação necessária deve ser feita com atenção à visão e orientação estratégicas, favorecendo ativos aptos e vocacionados para criar, inovar e gerar valor acrescentado na nossa economia em áreas pertinentes, designadamente dos bens transacionáveis e das que conferem maiores perspetivas de futuro à nossa terra.

Para que isso seja possível era bom contarmos com uma parceria com uma Universidade dos Açores capacitada, com uma nova vontade para investir em Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, assegurando por aí,

também, a sua própria sustentabilidade e dando um novo incremento às empresas açorianas.

Para isso não basta que a Universidade peça dinheiro ao governo regional; sem prejuízo desse apoio necessário, sobretudo da parte do governo da República, era importante que a Universidade apurasse mais o seu sentido prático no que pode fazer pelos Açores do que, o que os Açores podem fazer por ela!

Não nos faltam, assim, grandes áreas, onde importa concentrar esforços de investimento e detetar com maior rigor as condições e parcerias para a sua aplicação.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo e

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os deputados do PS que asseguram o apoio parlamentar ao governo dos Açores não estão aqui para lamuriar nem para jubilar. Estão aqui para trabalhar. Para trabalhar a esperança, a confiança e o valor que os Açores têm.

Parafraseando o presidente Kennedy, num discurso dirigido também a um povo insular, *“os problemas da nossa terra não podem ser resolvidos pelos cétricos ou pelos cínicos, cujos horizontes estão limitados pela óbvia realidade do presente...Não interessa quão pequena é uma terra que procura a prosperidade e o seu desenvolvimento; quando investida pelo poder de uma causa justa, ela é mais forte do que a maior adversidade!”*.

É assim que temos vivido e é assim que queremos continuar a ser!

Disse.

Francisco Vale César

26 de novembro de 2013